

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02. 24 ED. 2015

**SOCIEDADE ADMINISTRADA, INDIVÍDUO MODERNO E EDUCAÇÃO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE ZYGMUNT BAUMAN**

**ADMINISTERED SOCIETY, MODERN INDIVIDUAL AND EDUCATION: AN ANALYSIS
FROM ZYGMUNT BAUMAN**

Rafael Bianchi Silva¹

Alonso Bezerra de Carvalho²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é debater o nascimento do indivíduo moderno e o contexto da chamada “sociedade administrada” a partir dos estudos realizados pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. A partir desses dois pontos, discute-se a relação com a instituição escolar, enquanto um dos dispositivos que coloca em funcionamento a administração da vida. Por fim, discorre-se sobre a problemática da liberdade, concebendo-a a partir de um discurso contraditório que, ao mesmo tempo em que toma o indivíduo como ser livre de determinações, o insere em novas formas de controle, como por exemplo, práticas presentes na sociedade de consumo.

Palavras-Chaves: Modernidade, Educação; Zygmunt Bauman

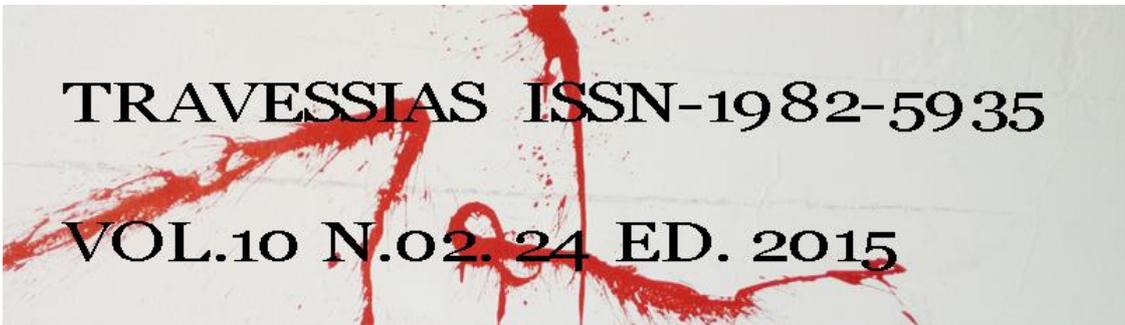
ABSTRACT: The objective of this work is discuss the emergence of the modern individual and the context of the "administered society" starting from studies realized by the polish sociologist Zygmunt Bauman. From these two points, we discuss the relation to the educational institution, while one of the devices that put into the operation the administration of life. Finally, it discusses about the problem of freedom, conceiving it as a contradictory discourse that, at the same time taking the individual as being free of determinations inserts him in new forms of control, including the practices present in the consumer society.

Keywords: Modernity; Edution; Zygmunt Bauman

INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente do Departamento de Psicologia (DPI/UEM) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI/UEM). E-mail: tibx211@yahoo.com.br

² Doutor em Educação (USP). Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). E-mail: alonsoprofessor@yahoo.com.br.



TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02. 24 ED. 2015

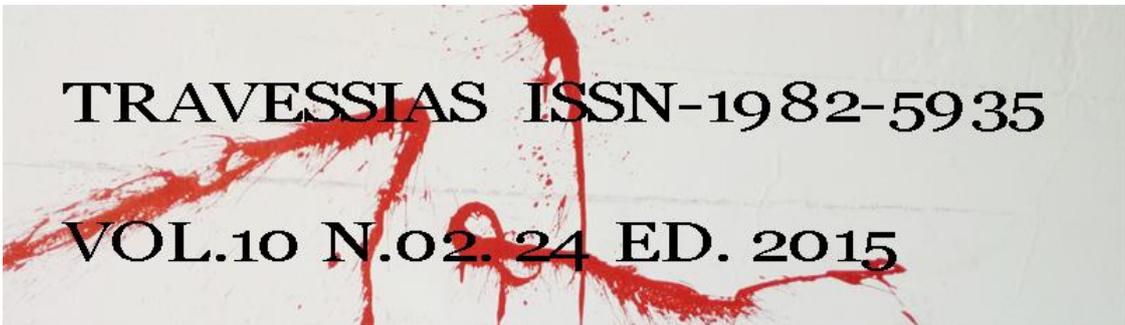
O presente trabalho visa discutir as bases da modernidade a partir das discussões realizadas pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Ao longo desse artigo, será construído um panorama que descreve um contexto baseado na ordem o qual, segundo o autor, serve de base para o contexto de vida atual, marcado pela fluidez.

Como metodologia adotada para a realização da pesquisa, foi realizado um mapeamento em diversas obras do autor acima citado de forma a estabelecer uma relação entre os elementos característicos do que é chamado de modernidade em sua versão sólida e os traços da condição de liquidez que, segundo Bauman, se configuram como marcas distintivas de nosso tempo contemporâneo.

Sociedade Administrada

Iniciemos pelo conceito de modernidade. Bauman (2008) explica que a modernidade nasceu sob o signo da “ordem”, entendida como “[...] coisas certas nos lugares certos e em nenhum outro lugar [...]” (2011, p.202-203). A constituição da ordem estabelece uma forma de segurança subjetiva para a imprevisibilidade do mundo em vista da existência de um futuro não determinado e, portanto, imprevisível. Por essa razão, entende-se que a busca de ordenamento visa a eliminação do acidental e contingente ou, em outras palavras, aquilo que foge à previsibilidade de determinação. Isso significa que

A visão tipicamente moderna do mundo é a de uma totalidade em essência ordenada; a presença de um padrão desigual de distribuição de probabilidades possibilita um tipo de explicação dos fatos que - se correta - é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de predição e (se os recursos exigidos estiverem disponíveis) de controle. Esse controle ("domínio da natureza", "planejamento" ou "desenho" de sociedade) é quase de imediato associado à ação de ordenamento, compreendida como a manipulação de probabilidades (tornando alguns eventos mais prováveis, outros menos prováveis). Sua efetividade depende da adequação do conhecimento da ordem "natural". Tal conhecimento adequado é, em princípio, alcançável (BAUMAN, 2010a, p.19).



TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02. 24 ED. 2015

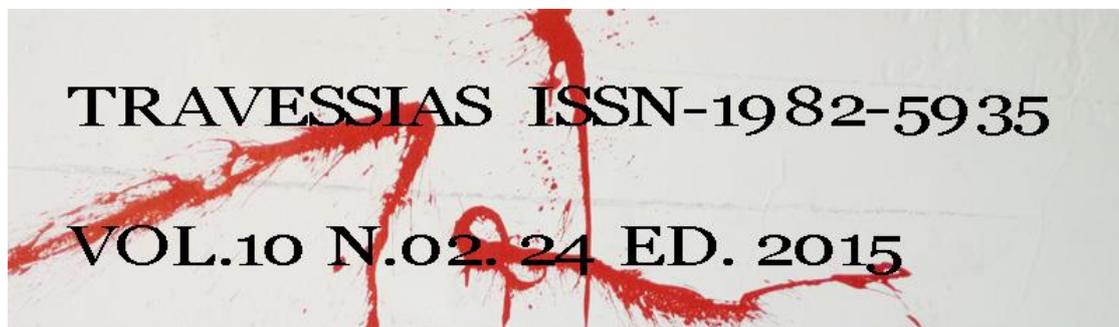
Dessa forma, a ordem é tomada como tarefa sujeita ao desejo racional e à supervisão constante e sobre todas as coisas, ou seja, tutelada a formas de administração. É nesse contexto, primeiro tempo da modernidade, que é estabelecido o que é chamado pelo autor como “sociedade administrada”.

Como delimitação de conceito, Bauman (2009a, p.16) define que “[...] administrar significa, de uma ou outra maneira, responsabilizar-se do bem estar geral do lugar, ainda que somente seja em nome da própria pessoa... [...]”. Dessa forma, para a eficácia do processo é necessário estar vinculado ao lugar/ espaço, o que implica na constituição de uma história, uma relação com determinado território.

A construção de modelos de organização e o desenvolvimento de um rol de conhecimentos próprios na chamada “ciência administrativa” teve como objetivo a regulação do mundo, entendido sobre a égide da ordem e do progresso. Segundo Bauman, ao longo dos últimos dois séculos, o homem construiu um modo de relação que parte da submissão aos modelos taylorista-fordista.

O primeiro processo trata da simplificação de escolhas referentes às operações produtivas de vida aos quais os indivíduos são confrontados. Tal configuração funciona a partir de uma estrutura que manipula as possibilidades e determina as escolhas. Isso permite “[...] que as decisões que restam a serem tomadas por eles pessoalmente são guiadas por critérios de fatores únicos e, portanto, lhes permite um cálculo fácil, racional e tranquilizador” (BAUMAN, 1999a, p.222).

O processo de fordização, por outro lado, consiste em remover as habilidades do operador e investi-las diretamente no maquinário que ele opera. A ênfase, portanto, está na configuração tecnológica – contexto externo - que fundamenta a ação do indivíduo atuante. Vê-se, uma primazia dos instrumentos da ação em detrimento das próprias atividades que sendo tão simplificadas não requerem alto nível de formação e/ou capacidades operacionais por parte do sujeito humano.



Esse dois modelos geram como efeito uma sensação de controle, por um lado, e de liberdade, por outro: prevenção de riscos e escolha de métodos para a resolução de problemas. Do ponto de vista dos processos, torna-se fundamental o lugar dos chamados “ajustadores”, sendo este comumente ocupado por especialistas denominados “supervisores” que são responsáveis pela manutenção da ordem e do sucesso do empreendimento (BAUMAN, 2010a).

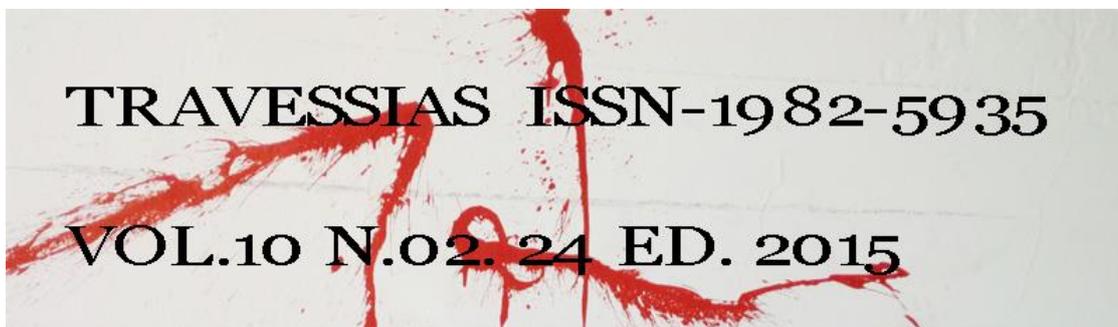
O papel do especialista-supervisor é de extrema importância para o funcionamento desse modelo societário já que ele propicia o entendimento do mundo às formas de poder administrativo. Segundo o autor,

O especialista é uma pessoa capaz, simultaneamente, de interrogar o fundo de confiabilidade e conhecimento suprapessoal e de entender os pensamentos e anseios mais íntimos de uma outra pessoa. Como intérprete e mediador, o especialista abarca os mundos, de outro modo distantes, do objetivo e do subjetivo [...] (1999a, p.209).

A partir de tais elementos, o mundo moderno para Bauman implica no desenvolvimento de estratégias de vigilância e disciplina; controle e exame de variáveis externas e internas para diminuição de custos e aumento, por sua vez, da produção. O autor (2010b, p.51) indica que em resumo, esse “domínio” consiste “[...] no direito de fixar regras invioláveis, de supervisionar sua aplicação, de garantir vigilância constante sobre os que eram forçados a cumpri-las e de disciplinar os desviantes ou expulsá-los, se as tentativas de reabilitação falhassem”.

Importante destacar que Bauman afirma que a existência de agentes de vigilância não é própria da modernidade. Segundo ele, “[...] desde o princípio e cada vez mais, a cultura tem consistido em diferenciar, ‘estruturar’ e ‘submeter a regras ou normas’ o que de outra forma seria uniforme, aleatório e volátil. Em outras palavras, a cultura se especializa na *administração das escolhas humanas*” (2011a, p.202, grifo do autor).

O autor aponta que esse impulso para dirigir as coisas do mundo, materializada na aspiração de administrar e governar, ganha na modernidade um novo panorama com o fortalecimento de um poder central chamado de “Estado”: poder regulador e a construção de instituições operando em seu nome se mostra como a marca de uma nova figuração, entendida



como a elaboração de uma engenharia social que justifica, portanto, a generalização desse mesmo modelo para diversas instituições como a família, a escola, etc (BAUMAN, 2009b).

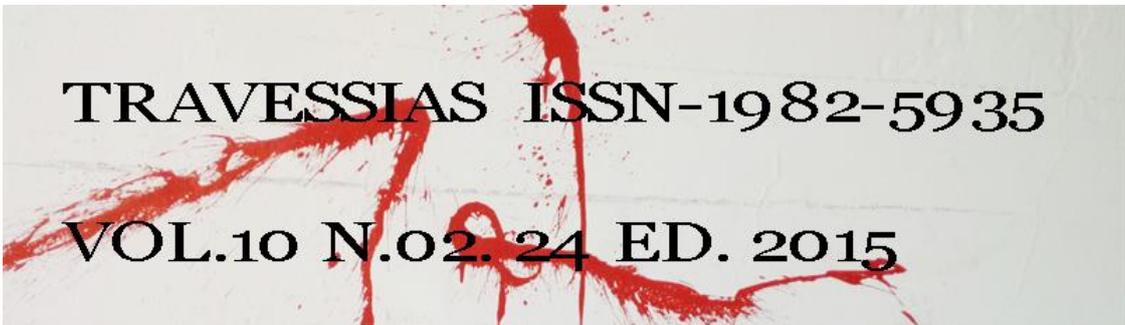
Partindo da premissa de que cada época traz consigo as marcas que concebem o que é um sujeito, o que se espera dele e quais são os lugares possíveis para que cada um ocupe dentro da estrutura social vigente, a análise da conjuntura indicada acima nos leva à ideia de “indivíduo”. Segundo Mancebo (2004, p.38), “[...] o indivíduo é apenas um dos modos de subjetivação possíveis. Cada época, cada sociedade põe em funcionamento alguns desses modos, sendo a categoria “indivíduo” o *modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade* [...]” (grifo meu).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que surgem instâncias reguladoras de conduta, com o nascimento do indivíduo traz consigo a necessidade de defesa do ideário de liberdade. Conforme aponta Silva (2013), a administração da vida traz consigo a construção de pseudoindividualidades. Por essa razão, Bauman (2008b) afirma de forma crítica que os seres humanos na modernidade são “indivíduos por decreto”, detentores de uma liberdade para escolhas e responsáveis pelos riscos que venham a assumir. Assim, o processo de individualização consiste em:

[...] transformar a “identidade” humana de algo “dado” em uma “tarefa”, e fazer responsáveis os atores da realização desta tarefa e as consequências (assim como os efeitos colaterais) de seu desempenho. Em outros termos, consiste em estabelecer uma autonomia *de jure* (tenha ou não tenha sido estabelecida também uma autonomia *de facto*) (2009a, p.37).

Entende-se, portanto que o indivíduo no contexto acima indicado vive uma intensa sensação de ambivalência derivada da contradição entre ser livre ao mesmo tempo em que é governado por outros, que por sua vez executa tais práticas fundamentadas por uma ordem de natureza superior, não mais àquela relacionada à divindade, mas marcada pela lógica científica que percorre as mais diferentes instituições sociais, incluindo a instituição escolar.

Conforme indica Bauman (1998, p.162-163):



TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02. 24 ED. 2015

A vida como aprendizado de regras e a feitura do dever de casa, o mundo como uma escola. Como mostrou Michel Foucault, contudo, somente por sua função designada, e não por sua organização, estrutura e valores presumidos, a escola (na sua forma moderna) diferiu da fábrica, prisão, quartel militar, asilo para pobres, instituição de correção, albergue ou hospital. Todas essas invenções modernas, a despeito de suas funções designadas, eram também (e talvez, acima de tudo), *fábricas de ordem*, instalações industriais produzindo situações em que a regra substitui o acaso e a norma ocupa o lugar da espontaneidade; situações em que alguns acontecimentos têm elevada probabilidade, enquanto outros são virtualmente impossíveis. Para exprimir resumidamente, eram fábricas de situações *previsíveis* e, por conseguinte, *controláveis* [...] (grifo do autor).

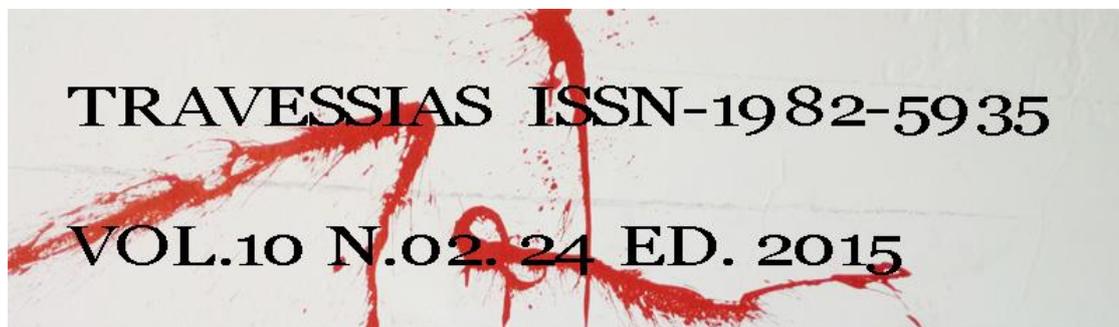
Por essa razão, caberá ao indivíduo apreender como viver esse modo de vida que passará necessariamente pela análise da questão da liberdade.

Ser livre no mundo administrado

Do ponto de vista moderno, “tendemos a chamar de liberdade a ausência de restrições e limites obstrutivos e insidiosos [...] o desaparecimento milagroso de normas e limites era uma visão sedutora quando a vida era vivida com um temor diário da transgressão [...]” (BAUMAN, 2008b, p.60).

Porém, em vista da restrição de liberdade ser uma das condições para a própria relação interpessoal, a questão ganhará na modernidade outros contornos de forma a estabelecer aos indivíduos novos parâmetros para o que é ser livre. O discurso difundido pelas diferentes instâncias na modernidade indica o que poderia ser expresso pela diretriz “deve-se dar sempre o direito do indivíduo escolher”.

Tal afirmativa aponta para um aumento do controle de cada um em relação aos elementos e agentes relativos ao mundo que o cerca. Temos aqui dois problemas. O primeiro é que as instituições sociais, conforme é possível observar a partir do que viemos discutindo ao longo deste trabalho, “[...] costumam atuar como se houvesse um pressuposto de liberdade entre seus membros, mesmo que suas práticas não estejam de acordo com suas próprias expectativas [...]”



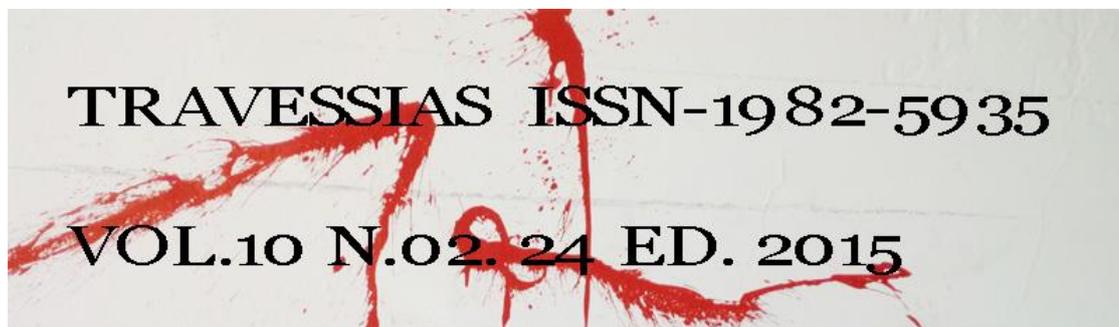
(BAUMAN E MAY, 2010, p.92). Ou seja, há um mascaramento institucional do controle pelo discurso de “ser livre”.

O segundo ponto é que “todo aumento de liberdade pode ser interpretado como uma redução da segurança [...]” (BAUMAN, 2009b, p.53) o que coloca em questão o próprio fundamento da sociedade administrada. Ao fato de que ao indivíduo é dado o direito de ser livre – pelo menos em termos discursivos – e, portanto, responsável por si mesmo, levará ao surgimento de uma sensação subjetiva de incerteza que potencializa o aparecimento do sentimento de medo que, como pode ser visto na atualidade, será disseminado por toda a estrutura social.

Segundo Bauman (2008b, p.8), o medo é “[...] o nome que damos a nossa incerteza; nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver ao nosso alcance”. O autor afirma que “[...] a incerteza de hoje é uma poderosa força individualizante [...]” (2008c, p.36) e por essa razão, a vivência do medo é vista, de certa forma, como elemento constitutivo do indivíduo. É a partir da condição de medo que cada um é incentivado a olhar para si mesmo, examinar suas fragilidades, analisar possibilidades de vencê-las e atuar em um mundo ambivalente que mostra a vulnerabilidade da existência. Sob esse prisma, a liberdade não é algo que se encontra dada enquanto premissa de vida, mas sim, a ser conquistada, dependendo da capacidade do indivíduo de aproveitar as possibilidades a ele dadas.

Nesse sentido, o autor faz alusão a uma série de discursos. O primeiro indica que está relacionado com a necessidade de “[...] alcançar um equilíbrio entre os desejos, a imaginação e a capacidade de atuar [...]” (BAUMAN, 2009c, p.22), o que seria uma garantia contra o mal-estar derivado das incertezas do existir. Vê-se, portanto, quanto a este ponto uma íntima relação da capacidade de autogerenciamento visto como sinal de saúde mental e emocional.

Um segundo ponto está relacionado com a importância da condição de liberdade ser entendida como proveniente da ação de cada um dos membros da comunidade, apontando para uma visão, no fundo desagregadora, o que gera impactos para dimensão política. Assim, o projeto



de liberdade coletiva em crise renasce substituído por outro, sob uma perspectiva individualista. Temos um choque: de um lado, o indivíduo livre; de outro, a sociedade que coloca tal limitação.

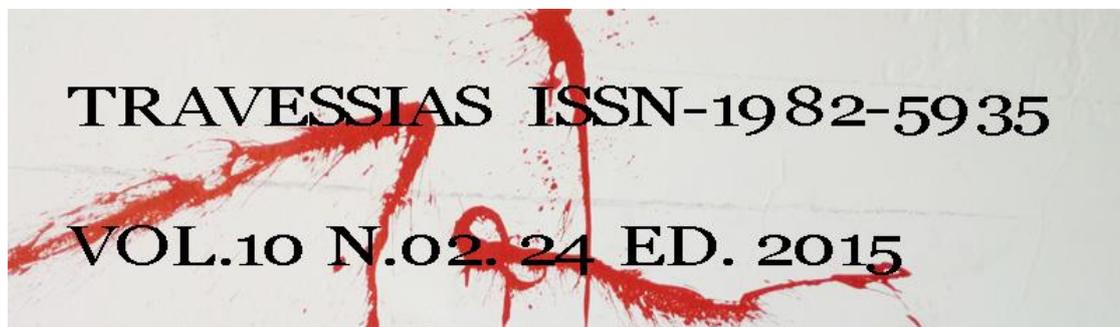
Aqui atingimos a ligação com a sociedade contemporânea (entendida por Bauman a partir da ideia de liquidez), materializada no que chamamos de “sociedade de consumidores”. O conflito entre a liberdade de um e a liberdade de todos será substituído pela defesa da ideia de uma liberdade pluralista baseada em uma visão uniforme do eu, a partir da qual, a sociedade de consumidores “[...] define a escolha não como a liberdade de escolher uma linha de ação em vez de outra, mas como liberdade de escolher todas as coisas simultaneamente [...]” (LASCH, 1990, p.29).

Pode-se afirmar que a modernidade empreendeu um processo que consistiu

[...] no deslocamento da heteronomia humana individual e coletiva por uma autonomia individual e coletiva (uma autonomia da espécie humana no que diz respeito aos riscos e às contingências da natureza e da história, e uma autonomia das pessoas com respeito às pressões e restrições externas criadas pelo homem). Com esta autonomia de dupla vertente se previa (e se desejava) produzir e assegurar uma liberdade de autoafirmação com um duplo nível simultâneo e análogo: o do conjunto da espécie e o individual (BAUMAN, 2010c, p.163).

O autor (1999b, p.76-77) aponta que “uma das consequências mais fundamentais da nova liberdade global de movimento é que está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível, reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva”. Isso nos mostra o direcionamento de um olhar para dentro que se fecha em si mesmo, demarcando uma distância do outro, o que gera um impacto nas relações interpessoais encontradas no contexto contemporâneo.

É importante destacar que Bauman entende que “[...] toda liberdade individual somente pode ser produto do trabalho coletivo (somente pode ser conseguida e garantida coletivamente) [...]” (2009a, p.15). Porém, esse não é o caminho que temos realizado nos dias de hoje. Temos nos deslocado até a privatização dos meios de assegurar-garantir algum nível de liberdade individual o que tem levado, por exemplo, à perda da qualidade dos laços.



Considerações Finais: E a Educação?

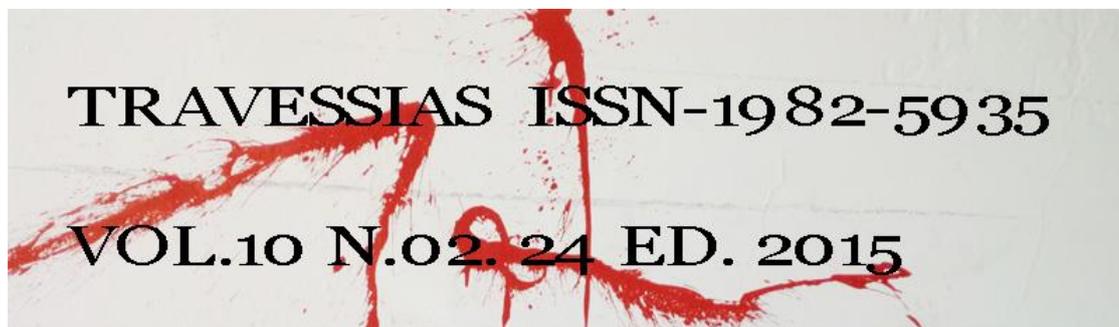
A égide da ordem forneceu bases sólidas para a consolidação da instituição escolar como espaço de formação humana. Esse processo implicou o desenvolvimento de estratégias que pudessem colocar em funcionamento, de um lado, a maquinaria institucional-burocrática e, de outro, o modelo de humanidade concebido, principalmente, a partir da concepção de indivíduo pretensamente autônomo.

Como pode ser visto, ao mesmo tempo, o estabelecimento de instâncias controladoras da vida – como a escola – forneceram as bases para a disseminação da ideia de liberdade para além das instituições normativas, o que em última análise e o que pode ser visto ao longo do século XX, colocaram essas mesmas instituições em questão.

Isso levou à flexibilização e sensibilização das formas de administração da vida que tornaram-se mais sutis, porém, não menos eficientes. Nesse sentido, nos observamos como indivíduos aparentemente mais livres, não mais sujeitos a intervenções disciplinares violentas (como por exemplo, castigos físicos), mas submetidos a formas de controle positivo, marcados muito mais pelo incentivo a determinadas formas de conduta do que pela pura restrição.

É possível ainda observar a escola enquanto instância de controle da vida, principalmente na fase inicial da escolarização na qual o nível de dependência real humana ainda é bastante presente (como na educação infantil, por exemplo). Porém, conforme o tempo de escolarização e o crescimento do indivíduo avançam, percebe-se o sentimento de impotência da instituição escolar em exercer o seu papel formativo, o que, por fim, configura um discurso presente e continuado de crise.

Isso parece estar relacionado com a incapacidade da escola de ser um espaço para além da égide da ordem, ou seja, para além do administrado, do previsível, do planejado. A superação dessa questão, parece estar relacionada com a necessidade de preparar o educador, desde a formação inicial, para atuar em um espaço que está em frequente situação de mudança, que não obedece a formalizações prévias e que demanda ações que fogem de padrões e papéis rigidamente estabelecidos fora do contexto vivido. Isso demanda não apenas novas capacidades



individuais por parte dos educadores, mas principalmente, uma diferente concepção de educação a ser desenvolvida a partir das práticas educativas que se relacionam e problematizam o mundo e o modo de vida em que vivemos na atualidade.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

_____. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.

_____. **La Sociedad Sitiada**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008a.

_____. **A Sociedade Individualizada: Vidas Contadas e Histórias Vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

_____. **Modernidad Líquida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 2009a.

_____. **Vida Líquida**. Buenos Aires: Paidós, 2009b.

_____. **En Busca de la Política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009c.

_____. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010a.

_____. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010b.

_____. **Vida a Crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010c.

_____. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a Pensar Sociologicamente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

LASCH, Christopher. **O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis**. 5º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MANCIBO, Deise. Indivíduo e Psicologia: Gênese e Desenvolvimento Atuais. In MANCIBO, D; JACÓ-VILELA, A.M. **Psicologia Social: Abordagens Sócio-Históricas e Desafios Contemporâneos**. p.35-48. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SILVA, Divino José da. Autonomia e Liberdade em Tempos de Vida Administrada. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 20: maio-out/2013, p. 64-86.